

**Veja**

**14/5/1986**

Brasil

### **O alvo de Pazzianotto**

*Na semana da desincompatibilização, o ministro do Trabalho hesita entre ficar no governo e retornar à política em São Paulo*

Em sua visita a Portugal, na semana passada, o presidente José Sarney referiu-se às greves em curso no país como uma sabotagem ao Plano Cruzado. De volta a Brasília, o presidente poderá descobrir nesta semana que seu grande problema é a possibilidade de que um único homem falte ao trabalho. Este homem se chama Almir Pazzianotto, o ministro do Trabalho de Sarney, que na última sexta-feira vacilava no posto. "Vou pensar muito neste fim de semana para decidir na segunda-feira depois de uma conversa com o presidente Sarney", confidenciava. — Neste momento, nem eu sei para que lado vou, mas acho que as chances de ficar no ministério são de 80%." Rumo ao Brasil, o presidente recebeu a notícia a respeito das dúvidas de seu ministro do Trabalho ainda em Cabo Verde, e não pareceu abalado. "Nada sei disso", afirmou Sarney. "Não acredito que o ministro Pazzianotto deixe o governo."

Em seu estado pendular, Pazzianotto expunha na noite de sexta-feira aquela que, segundo ele, era a razão básica para seu impulso de fazer as malas. Pazzianotto está insatisfeito com a lentidão exibida pelo governo em promover mudanças na legislação trabalhista, de forma a transformá-la em algo mais avançado do que as normas que vigoraram ao longo do regime militar. "Não ficarei no governo apenas para segurar pontas", dizia o ministro. Ele acha que seu projeto de lei de greve tramita muito devagar pelo Palácio do Planalto e desejaria mais apoio a seus pontos de vista. "Para ficar tudo como está, prefiro sair."

**AMEAÇA À CARREIRA** — Há muitas razões possíveis para que o ministro sinta-se tentado a deixar sua cadeira à disposição de um sucessor, e é certo que sua preocupação com a legislação trabalhista se encaixa num triângulo de ferro que o encurrala. De um lado, nesse triângulo, encontra-se apolítica paulista. Do outro, Pazzianotto defronta com dificuldades estruturais que ameaçam sua carreira de bom ministro do Trabalho. Finalmente, diante dos olhos, na mesa de seu gabinete, ele tem o calendário a lhe dizer que no dia 15 de maio, esta quinta-feira, encerra-se sua possibilidade de desincompatibilizar-se para se candidatar às próximas eleições.

Ocorre com ele algo parecido com o que sucede ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em relação aos desdobramentos do pacote econômico. Se o pacote der certo, ambos navegarão em mar esplêndido por bom tempo. Se der errado, a carreira política de Pazzianotto chegará ao fim antes que se reze a missa de sétimo dia pela de Funaro. Na decretação do pacote, em fevereiro, Pazzianotto já acusara seus receios em conversa com o colega da Fazenda. "Se este pacote destruir minha carreira política, eu te dou um tiro", avisou ele dirigindo-se a Funaro em tom de brincadeira. Se conseguir tornar-se um ministro mais forte, com a ajuda de Sarney, poderá contornar os obstáculos que antevê. E para isso que conversará com o presidente.

Em caso contrário, poderá optar por uma aterrissagem na política de São Paulo com três vias de chegada. Em tese, haveria a chance de sair candidato a governador pelo PMDB, se o vice-governador Orestes Quércia perder totalmente o fôlego em sua campanha. Isso é improvável. Poderia ainda inflar a candidatura Quércia candidatando-se a senador. No mínimo, o ministro, que tem mandato de deputado estadual, obtido com 74 000 votos em 1982, se tornaria um deputado federal com largo apoio das umas.

**RACIOCÍNIO RÁPIDO** — Aos 49 anos, pai de dois filhos adolescentes, com seu rosto de seminarista calmo, Pazzianotto dá a impressão de ser aquele tipo de sujeito que qualquer um gostaria de ter ao lado num momento de confusão. Quem o vê é capaz de jurar que seu hobby é jogar sinuca no fim de semana. No entanto, por trás do rosto distendido, vive um Pazzianotto tenso. Isso se confirma por seu verdadeiro hobby: praticar tiro ao alvo aos domingos, em Brasília, na companhia da equipe de segurança do presidente José Sarney. Ele fala devagar e as frases se distanciam umas das outras, em pausas. Dá a impressão de ter raciocínio lento. Outro engano. Tem um dos raciocínios mais rápidos entre os ministros de Sarney. É o primeiro ministro do Trabalho desde a criação da pasta que, em clima de liberdade, não procurou fortalecer-se com a crônica distribuição de empregos ou com a criação de uma cultura de pelegos nas dobras de seu gabinete.

Fotógrafo na adolescência e advogado há 26 anos, fez carreira pelos grandes sindicatos paulistas, como o dos Metalúrgicos de São Bernardo e o de São Paulo, e consegue agora integrar um governo que vigia a CUT e o PT. Em 1980, Pazzianotto auxiliaria os metalúrgicos do ABC em sua greve. Três anos depois, secretário do Trabalho do governo de Franco Montoro, enfrentou, megafone em punho, a multidão que derrubou a cerca do Palácio dos Bandeirantes. Nas entidades onde atuou, Pazzianotto deixou a fama de bom orador e de um aplicado estudioso das leis trabalhistas. Jair Meneguelli, líder da CUT, a central sindical que organizou as greves mais duras do governo Sarney, tem o ministro do Trabalho na conta de um amigo. "Ele é muito competente", reconhece Meneguelli. Hoje, no campo do empresariado, em que estavam seus antigos adversários, o ministro também consegue elogios. "No início, os empresários desconfiavam dele, por causa de seu passado nos sindicatos", afirma Roberto Della Manna, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP. "Agora, embora ainda tenha um certo sotaque trabalhista, já sabemos que é uma pessoa em quem se pode confiar", afirma o empresário.

Na pior semana do Plano Cruzado, quando o governo descobriu, através do IBGE, que a deflação de março foi de 0,11% e não de 1,48%, como o presidente José Sarney anunciou em cadeia de rádio e TV baseado em pesquisas no Rio de Janeiro e em São Paulo, as greves formavam um cenário de desconforto em Brasília — e ninguém parecia sentado numa cadeira tão incômoda como Almir Pazzianotto. Em Porto Alegre e Fortaleza, os governadores acionaram a Polícia Militar para vigiar os metalúrgicos paralisados. Preocupado em manter a inflação a nível zero, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, segunda autoridade no governo depois do presidente, acha que o limite do pacote econômico é a lei de greve, de autoria do deputado Ulysses Guimarães, que autoriza, por exemplo, demitir grevistas quando uma paralisação se torna ilegal. Com um olho na reforma da economia, que demorou a aceitar mas da qual se tornou um defensor sincero, e outro em sua própria carreira, iniciada em sindicatos que faziam greves ilegais, Pazzianotto recomenda outra atitude. "O pacote não tem limites", afirma, "e deve permitir o desenvolvimento econômico com justiça social."

Em tese, Pazzianotto defende a lei — mas sabe que toda vez que ela for aplicada, com rigor, sua força como político estará comprometida. "Ela tem imperfeições e precisa ser modernizada", afirma o ministro. Proprietário do mais completo mapa de paralisações no país, o Serviço Nacional de Informações acredita que as greves obedecem a uma estratégia de paralisação geral. Capaz tanto de investigar os 60 000 metalúrgicos gaúchos como detectar um movimento de oito garçons na luxuosa confeitaria Brunella, em São Paulo, o SNI pressiona o governo para endurecer com os sindicatos — e nesse caminho esbarra em Pazzianotto. "Ele não abandonou suas ambições políticas e não age como homem do governo", queixa-se um assessor do general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI. "O Ivan deveria colher informações, sem se intrometer nos movimentos grevistas", disse o ministro, certa vez, em conversa com um amigo. O general Ivan e Pazzianotto têm uma coisa em comum: são extremamente delicados no trato com as pessoas que detestam. Pazzianotto lembra-se de que na greve dos bancários

de 1985 o chefe do SNI cassou-lhe as funções de negociador na última rodada das propostas. Já o chefe do SNI sabe que Pazzianotto, nos primeiros meses de governo, fez-lhe uma série de sugestões para conter a greve dos bóias-frias de Guariba, que, colocada em prática, incendiaria os canaviais de São Paulo.

**GUARDA BAIXA** — Há poucos dias, no Rio de Janeiro, o ministro teve a certeza de que sua metragem política, no governo, ficara menor. Convocado para negociar o fim da greve dos 20 000 ferroviários da Central do Brasil, Almir Pazzianotto teve uma idéia para resolver o impasse. Até aquele momento, enfrentavam-se, de um lado, um sindicato liderado pela CUT, capaz de desligar doze linhas de trens e deixar 1,2 milhão de pessoas sem condução, e, de outro, a direção da Rede Ferroviária Federal — que não se dispunha a fazer nenhum tipo de concessão aos grevistas. Tentando trilhar um caminho bem a seu estilo, de quem sempre evitou greves emocionais mas conhece o risco de se encerrar uma paralisação humilhando os empregados, Pazzianotto ofereceu-se para assumir a negociação, em companhia do ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares. Por essa via, o ministro acreditava que seria possível garantir uma serena volta ao trabalho — e os empregados, que pediam aumento de 15% a título de produtividade, talvez recebessem algo em torno de 4%. "A partir daí a negociação tornou-se amabilíssima", lembra o advogado Demisthoclides Baptista, o "Baptistinha", campeão das greves do falecido CGT dos anos 60, que assessorava a diretoria do Sindicato dos Ferroviários da Central. O novo clima durou pouco, porém, e com isso foi Pazzianotto quem acabou perdendo.

Minutos mais tarde, chamado pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, ao telefone, de Brasília, Pazzianotto constatou que o sindicato poderia gostar de sua proposta, a empresa quem sabe ficasse de acordo — mas o governo que ele próprio representava era contra. Constrangido, após vários telefonemas, a defender uma solução mais dura, sem brecha para novas negociações, Pazzianotto baixou a guarda, passando pelo maior pesadelo de qualquer ministro do Trabalho: aparecer em posição de fraqueza diante das lideranças com as quais deve negociar. "No início ele parecia um sujeito firme, mas aos poucos perdeu o ímpeto", afirma o líder dos ferroviários, Carlos Santana, outra testemunha de sua bem-intencionada intervenção carioca. "No fim, tive a impressão de um ministro em pasta, sem muito poder", diz Santana.

**GREVES DIFERENTES** — Na semana passada, quando havia greves nos estaleiros de Niterói, nas metalúrgicas de Fortaleza e, em Brasília, os servidores públicos paralisavam escolas e hospitais, Pazzianotto foi a Joinville para participar de um debate sobre economia, na quinta-feira, e, no dia seguinte, embarcou para Teresina, no Piauí. "Não podemos ficar preocupados com essa camada aparente de greves", afirma o ministro do Trabalho. "Diariamente milhares de trabalhadores estão celebrando as conquistas do pacote." É certo que, em vários pontos do país, os batalhões de fiscais do Sarney já foram substituídos por piquetes de grevistas, surpreendendo um governo que só esperava enfrentar uma nova explosão no movimento sindical pelo menos cinco meses depois do congelamento de preços — como aconteceu com o Plano Austral, na Argentina. Também é verdade que só em abril e na primeira semana de maio mais de 400 000 empregados cruzaram os braços, multidão quase cinco vezes maior do que em 1983, no mesmo período (veja o gráfico à pág. 23). Há uma diferença essencial, contudo, entre as paralisações promovidas antes do pacote e as ocorridas agora. "Em sua maioria, os servidores públicos é que estão parados", explica Pazzianotto. "É impossível imaginar que alguém vá parar de trabalhar sem olhar se perdeu ou ganhou com os preços." Diferem bastante as greves do setor público daquelas da iniciativa privada. Em primeiro lugar, o Estado é sabidamente generoso em vantagens na alta burocracia e avarento com os chamados barnabés. Além disso, as diretorias de empresas estatais, depois de praticar políticas de recursos humanos desastrosas, podem sempre sacar nas generosas arcas do Erário.

Com a greve de Brasília, onde 15 000 professores e 2 500 médicos decidiram cruzar os braços desde a última segunda-feira, todos ficaram numa posição difícil. "Trata-se de um movimento político", reagiu o governador José Aparecido, acusando a CUT de liderar a paralisação. O governador pode até ter razão nesse ponto. Fica difícil para ele, no entanto, convencer seus subordinados de que leva a sério o programa de controle de gastos do Plano Cruzado — na mesma semana — em que se divulgou que sua<sup>1</sup> despesa doméstica consumiu no mês de março, em recepções e jantares promovidos às custas do Erário, a bagatela de 81 000 cruzados, dinheiro suficiente para pagar o salário de quarenta professores. Os professores e médicos fecharam as escolas e só atendem serviço de emergência nos prontos-socorros porque esperavam um reajuste de 105%, acabaram ganhando apenas 38% e, agora, esperam receber 52%. "Estamos irritados porque ganhamos pouco", afirma o diretor do Sindicato dos Médicos, Carlos Saraiva. O problema dos médicos de Brasília é que a população também está irritada com eles pelo mau atendimento que recebe nos hospitais da cidade, do mesmo modo que se cansou de sustentar a formidável legião de parasitas escondidos sob o empreguismo vigente em Brasília — e, desse modo, a greve ocorre sob indiferença geral.

**FENÔMENO NAS ESTATAIS** — A nível federal, o governo sabe que pode haver pressões — e já se prepara para enfrentá-las. Prevenido, o SNI decidiu reativar as delegacias especiais que mantém nos ministérios e órgãos públicos, as DSI, que planejava aposentar alguns meses atrás. O problema do governo, nesse caso, é duplo. De um lado, se ficar uma concessão de 1% de aumento para seus funcionários, aumentará o déficit público em 1 bilhão de cruzados, ou 1 trilhão de cruzeiros — cinco vezes a verba prevista para a distribuição de leite para crianças carentes. Nas empresas estatais, ocorre um fenômeno particular, fonte de uma velha dor de cabeça de Pazzianotto. Ao contrário do que se passa numa empresa privada, onde quem ganha menos se mobiliza para ganhar mais, nas estatais as paralisações e protestos, uma vez disparadas, costumam ser toleradas pela cúpula das empresas.

Na quarta-feira, durante uma reunião com o ministro Dilson Funaro, o general Ivan Mendes cobrou uma postura mais firme diante de alguns benefícios garantidos pelas estatais a seus funcionários, e Pazzianotto foi obrigado a explicar que eles não eram fruto de nenhuma paralisação — mas que haviam sido inaugurados pela direção da Petrobrás e agora não poderiam ser negados aos funcionários das outras empresas. "Ah, meu amigo Aureliano cometeu esse erro", concordou o chefe do SNI, ex-funcionário da Petrobrás. Nesse clima, Pazzianotto já ouviu, atordoado, um líder sindical da Companhia Vale do Rio Doce fazer um balanço das contas da empresa, em boa situação, e reivindicar um aumento salarial de 800%. "Fiquei tão atordoado que gritei para um assessor: 'Traz um gravador, que não acredito no que estou ouvindo'."

**GOLPES SÉRIOS** — Fora do próprio governo, a grande novidade do movimento sindical, este ano, é que uma grande maioria dos trabalhadores habituados a cruzar os braços assim que o calendário anunciava a data-base para seus dissídios desta vez preferiu continuar em atividade. No ano passado, por exemplo, os 100 000 metalúrgicos do ABC pararam as máquinas por quase dois meses e, em setembro, os bancários realizaram uma greve nacional. Às vésperas do pacote, sob a liderança da CUT, essas duas categorias preparavam uma greve geral, conforme um plano que incluía a realização de oito campanhas salariais conjuntas, em São Paulo — depois deveria ampliar-se por outros Estados do país. Nunca se poderá saber, ao certo, se tal estratégia poderia funcionar ou se não passava de um projeto mirabolante, mas, depois do pacote, essas duas fortalezas do sindicalismo acusam golpes sérios.

Os bancários tiveram de amargar uma perda de 41% em seu reajuste salarial, enfrentam uma pesada onda de 1 000 demissões por dia e, até agora, não conseguiram mobilizar os 700 000 empregados de banco no país. Realizando paralisações por agência, com poucos resultados práticos, na semana passada decidiram denunciar o pacote através de um cartaz instalado nas ruas do Rio de Janeiro, onde denunciam 25 000 demissões ocorridas no mês de abril e

concluem: "Obrigado Sarney". "Ainda há muitos setores da população apoiando as reformas", afirma Luís Gushiken, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Se na área bancária há irritação com o pacote, na grande maioria das fábricas e escritórios há desde esperança até alegria. Em São Bernardo, celeiro da CUT e do PT, a liderança radical amargou a mais terrível das situações: o repúdio das fábricas. "Na porta da Volks, um operário me disse que em vez de distribuir panfletos os sindicatos deveriam imprimir tabelas da Sunab", conta Jair Meneguelli, presidente da CUT, conformado com a idéia de arquivar, ao menos por ora, os planos de paralisar o país. "Nenhuma greve pode ser contra o pacote em seu conjunto", explica Meneguelli, "porque somos a favor do congelamento, que é uma conquista dos trabalhadores".

**BOM SENSO** — Às vésperas de embarcar para Buenos Aires, onde participou de um debate da TV argentina ao lado outros líderes sindicais sul-americanos, o presidente do PT, Lula, mostrava-se prudente. "Não é hora de falar em greve geral", afirmou. No movimento sindical, em que já houve espaço tanto para ações de pelegos como para o grevismo mais desconexo, começa um período em que prevalecem a lógica e o bom senso — quando nenhuma liderança pode decretar uma greve por sua própria conta e risco, simplesmente porque a maioria dos empregados não tem vontade de segui-la. Os 70 milhões de brasileiros que sobrevivem com uma renda familiar de até 2 400 cruzados ganharam dinheiro com a reforma econômica. Tanto que, hoje, podem consumir 30% a mais de leite, por exemplo, do que no período anterior ao pacote. Da mesma forma, na região do ABC, as indústrias tiveram aumento na folha de salários de 0,36% — e ali todos sabem que qualquer esforço para tirar um aumento, agora, irá chocar-se contra um muro. "As greves atuais não podem afetar o pacote", afirma João Manuel Cardoso de Mello, assessor especial do ministro Dilson Funaro. "O empresário sabe que não poderá repassar as concessões salariais para o preço de seus produtos." Para o ministro Paulo Brossard, o caso é mais grave. "As greves são uma sabotagem."

**NO CORREDOR** — Certo de que só chegou a Brasília porque consegue ser ouvido por quem deseja aumento no ordenado, Pazzianotto equilibra-se como pode — e conta com pouca ajuda além de si próprio. Criado pela ditadura do Estado Novo para funcionar como árbitro nos conflitos entre empresas e empregados, o Ministério do Trabalho é uma máquina velha e emperrada, em que impera a confusão, o comodismo e ocorrem situações inimagináveis num órgão com o seu nome. Em São Paulo, por exemplo, constatou-se, um ano atrás, que, dos 450 fiscais pagos pelo governo para garantir o cumprimento das leis trabalhistas, somente um terço comparecia regularmente ao serviço: os demais limitavam-se a assinar o ponto e cumprir a jornada em conversas de corredor. Em São Bernardo, flagrou-se um grupo de funcionários do ministério que, em vez de multar empresas que não mantêm creches para os filhos de suas funcionárias, como manda a lei, reforçavam sua conta bancária com um expediente astucioso. Alugaram uma casa com dezoito berços onde, no papel, conseguiram instalar 539 crianças, filhas de empregadas de 147 empresas. "Como suborno, eles faturavam milhões de cruzeiros por mês", afirma o advogado José Carlos Stein, ex-diretor da Delegacia Regional paulista, que fez a descoberta.

A base em que se apóia Pazzianotto é frágil — com a dificuldade de o ministro nem sempre saber para onde ela se move. Depois de hibernar sob o regime do AI-5, quando funcionava como uma agência do governo interessada em espionar o movimento sindical, a Justiça Trabalhista perdeu o rumo e agora anda sem direção. Em grande parte das greves julgadas até agora, ela atuou conforme o figurino do regime passado, decretando como ilegais movimentos por aumento de salário. Na outra ponta, há juízes como Benedito Lira, de Manaus, para quem dificilmente uma greve pode ser colocada fora da lei. "Há exceções", admite Lira, que este ano só considerou ilegal uma única paralisação ocorrida em sua área, porque os trabalhadores queriam aumentos mas não tinham um sindicato para representá-los. "Num regime

democrático, a greve é o instrumento adequado para o empregado defender seus interesses", afirma o juiz.

Da mesma forma, se os governadores têm acionado a Polícia Militar para impedir os piquetes, há empresas dispostas, por sua conta e risco, a investir em outros caminhos. Foi o que fez a Springer Carrier, empresa de eletrodomésticos de Canoas, que decidiu acionar o Sindicato dos Metalúrgicos local na Justiça comum — e desde a última quinta-feira tem o direito a receber uma indenização diária de 70 000 cruzados desse sindicato, com o argumento de que ele impedia a entrada na fábrica de pessoas que queriam trabalhar. Com isso, a empresa perdeu dinheiro, que agora lhe é devolvido por decisão da Justiça.

"As leis são anacrônicas e precisam mudar com urgência", repetiu Pazzianotto, em reunião com o ministro Dilson Funaro, João Sayad, do Planejamento, Marco Maciel, do Gabinete Civil, e o general Ivan de Souza Mendes. Esses mesmos argumentos Pazzianotto irá desfilar perante Sarney. Instalado no ministério, Pazzianotto conseguiu convencer o governo de que a greve é um fenômeno inevitável com o qual deve-se aprender a conviver. O país também já está se convencendo disso. Chegará enfim o momento em que os primeiros defensores da greve, os trabalhadores, terão de se convencer, na virada do pacote econômico, de que piquete ilegal atrai polícia e a falta ao trabalho em greve ilegal produz demissão. Nos últimos dias, o ministro Almyr Pazzianotto entregou-se à dúvida sobre sua permanência no governo Sarney. Nos próximos, com sua serena fisionomia, poderá se convencer, ele também, de que terá de procurar novos alvos para seus tiros.

**(Páginas 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 27)**